

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

BC vê entraves para levantar gastos de beneficiários do BPC com apostas.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com 2026 na mira, Lula tenta correção de rumo..... 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pix: Secom prepara campanha de R\$ 50 milhões..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Portarias precisarão de aval da Casa Civil.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula cobra ação para baratear alimentos e diz a ministros que '2026já começou'..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN regulamenta dispensa de garantia em ações judiciais.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

empresas começam a se preparar para período de transição de reforma 12

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tax Free: turismo é beneficiado com sanção da reforma tributária 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Protecionismo de Trump afeta Brasil, alertam especialistas..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para onde vai o PIB? E com base em quê? - RAUL VELLOSO..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus projeta IPCA acima de 5% este ano..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Caçada a imigrantes e canetada sem limites..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

NOVOS PREFEITOS RECLAMAM DE DÍVIDAS E COFRES VAZIOS..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A nova 'herança maldita' (Editorial)..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Analistas veem piora do quadro de inflação..... 27

Terça-Feira, 21 de Janeiro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Inflação da comida entra na mira do Planalto28

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Apoio de Trump ao petróleo pode reduzir preço e afetar balança comercial do Brasil
..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Centrão da Câmara reclama de desequilíbrio orçamentário31

BC vê entraves para levantar gastos de beneficiários do BPC com apostas

O Banco Central vê entraves para levantar dados detalhados sobre o gasto com apostas esportivas por pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O estudo foi mencionado pelo presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, que defende restringir o uso dos recursos do programa em sites de jogos online.

Em entrevista ao jornal o Estado de S. Paulo, Stefanutto disse que pediria o levantamento de quanto do BPC foi parar nas bets à autoridade monetária, o que ainda não foi feito. Mas a avaliação nos bastidores da autarquia é que será difícil fazer esse cruzamento devido ao sigilo bancário que protege as transações financeiras. Depois da crise do Pix, foi editada, inclusive, uma Medida Provisória (MP) para reforçar essa proteção constitucional.

O BPC é um benefício assistencial de um salário mínimo (hoje de R\$ 1.518) pago pelo **INSS** a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda justamente para reduzir a pobreza. Ao GLOBO, o presidente do **INSS** disse que a ideia está sendo estudada internamente para entender se o repasse dos beneficiários às bets é um problema, mas ainda não foi apresentada ao governo. Ao BC, o órgão pediria para verificar por CPF a quantidade do benefício que tem sido repassado às bets, mas sem identificar as pessoas.

- As pessoas têm todo direito de apostar, inclusive, com outros benefícios, como a aposentadoria, que a pessoa pagou para ter. Agora, o BPC não. É pago pela sociedade, pelo orçamento da Previdência, tem uma finalidade específica. então criar uma camada dessa para uma coisa responsável é importante.

Stefanutto disse que estão avaliando antes se é possível, jurídica e tecnicamente, fazer esse bloqueio do uso do benefício em apostas. O gasto com apostas esportivas já é proibido para beneficiários do **INSS** que antecipam R\$ 150 de aposentadorias ou auxílios mensais sem juros. Segundo Stefanutto, os bancos que operam esse adiantamento conseguem bloquear pagamentos para bets.

Recentemente, a Advocacia Geral da União (AGU) disse ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux que há dificuldades técnicas para impedir apostas com dinheiro e programas sociais, como a de

identificar nas contas dos beneficiários quais recursos são provenientes dos benefícios e quais vêm de outras fontes de renda. Fux havia determinado que o governo adotasse medidas para proibir o gasto com bets com dinheiro de programas sociais.

No ano passado, o BC divulgou uma nota técnica com estimativas preliminares de gasto com bets por meio de dados do Pix. Segundo o estudo, 5 milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família enviam R\$ 3 bilhões às empresas de aposta utilizando a plataforma Pix.

À época, o BC resolveu fazer a análise para entender se havia uma parte do aumento da renda das famílias que estava vazando para as bets, em vez de ser usado para consumo ou investimento. Qualquer informação, ainda que preliminar, poderia ajudar a autoridade monetária a entender o comportamento da **inflação**. O documento acabou ficando público e causou grande comoção.

Por meio de Lei de Acesso à Informação (LAI), a autoridade monetária afirmou que tem um Acordo de Cooperação com o Ministério de Assistência Social, responsável pelo Bolsa Família, para ações de cidadania financeira, tais como estudos, elaboração e implementação de iniciativas e políticas públicas.

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que não iria se manifestar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/01/21/bc-ve-entraves-para-levantar-gastos-de-beneficiarios-do-bpc-com-apostas.ghtml>

Com 2026 na mira, Lula tenta correção de rumo

JÚLIA PORTELA (Com Agência Estado)

Com a popularidade em queda e sucessivas crises envolvendo sua gestão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vê ameaças no horizonte para 2026, seja para tentar a recondução, seja para eleger o sucessor. Na reunião ministerial de ontem, na Granja do Torto, o chefe do Executivo fez cobranças aos titulares das pastas, falou em corrigir erros e deixou claro que a Casa Civil vai centralizar todos os atos de governo, especialmente em temas mais sensíveis. A declaração ocorre após a contundente derrota sofrida pelo Planalto no episódio da fiscalização do Pix - largamente explorada pelos opositores.

"O que eu quero dizer para vocês é que 2026 já começou. Se não por nós, porque temos que trabalhar, que capinar, que tirar todos os tipos de carrapicho que estiverem nas plantas que nós plantamos, mas pelos adversários.

A eleição do ano que vem já começou", enfatizou Lula. "É só ver na internet para perceberem que eles já estão em campanha." Segundo ele, o governo federal tem como meta evitar que o Brasil volte ao "neofascismo, neonazismo e autoritarismo", uma referência às características que atribuiu ao rival Jair Bolsonaro.

"Queremos eleger um governo em 2026 para continuar o processo democrático no Brasil; não queremos entregar o país de volta ao neofascismo, neonazismo e autoritarismo. Queremos entregar o país com mais educação." O presidente disse, ainda, que sua gestão privilegia "a educação e o humanismo, não o algoritmo para fazer a cabeça das pessoas". Lula defendeu, ainda, que seu governo pretende "fazer com que o Brasil volte a ter uma democracia plena".

Lula frisou que cobrará resultados de cada ministro. "Não temos o direito de errar. É importante que cada um de vocês reflita, porque depois eu vou chamar individualmente muita gente para conversar", avisou. "A entrega que nós fizemos para o povo ainda não foi a entrega que nós nos comprometemos em fazer em 2022, porque muitas das coisas que nós plantamos ainda não colhemos. Mas este ano será um ano de definição." O chefe do Executivo ressaltou que jamais vai reclamar das cobranças do povo. "Eu reclamarei se a gente não tiver capacidade de entregar tudo aquilo

que nós nos comprometemos", sustentou. "Daqui para frente, a gente não pode mais inventar nada." O governo é pressionado, especialmente, pelo descontrole fiscal, a alta da **inflação** - que fechou 2024 acima da meta - e o dólar no patamar superior a R\$ 6.

Lula também enquadrou os ministros e reafirmou o poder do chefe da Casa Civil, Rui Costa, sobre atos normativos das pastas. A reprimenda vem dias depois de o governo sofrer um de seus maiores desgastes por causa de boatos espalhados pela oposição de que o Executivo taxaria o Pix - as falas eram baseadas em um ato da **Receita Federal** para aumentar a fiscalização sobre transações feitas pelo meio de pagamento instantâneo. O caso colocou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em um momento de fraqueza dentro do governo.

"Daqui para frente é dedicação.

Mais do que vocês já tiveram. Daqui para frente nenhum ministro vai poder fazer portaria que crie confusão para nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República através da Casa Civil. Muitas vezes, a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, e, daqui a pouco, arrebenta e vem cair na Presidência da República", disparou.

O petista também comentou sobre os partidos de apoio ao governo e indicou que os ministros precisam trabalhar para garantir essa aliança. A declaração ocorre no momento em que é discutida uma **reforma ministerial**. "Temos vários partidos políticos (conosco), quero que continuem juntos. Mas estamos chegando no processo eleitoral, e a gente não sabe se os partidos que vocês representam querem continuar trabalhando conosco ou não. Essa é uma tarefa também de vocês em 2025. É uma tarefa grande", admitiu.

"O que eu quero dizer para vocês é que 2026 já começou. Se não por nós, porque temos que trabalhar, que capinar, mas pelos adversários.

A eleição do ano que vem já começou. É só ver na internet para perceberem que eles já estão em campanha"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

» "Totalmente recuperado"

Na reunião ministerial, o presidente Lula disse que está "totalmente recuperado" depois da queda no banheiro no ano passado. Pela primeira vez desde que fez a cirurgia na cabeça, no fim de 2024, ele participou de um evento sem o chapéu que vinha utilizando. "Tenho mais uns dias até poder viajar de avião. Eu tenho uma causa, e é isso que vai me motivar em 2025. A causa é não permitir, em hipótese alguma, que este país volte ao horror do que foi o mandato do nosso antecessor."

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6894/21-01-2025.html?all=1>

Pix: Secom prepara campanha de R\$ 50 milhões

LAURO JARDIM E JOÃO PAULO SACONI

Com pressa para tentar reverter a derrota acachapante na crise do Pix, o governo federal encomendou às quatro agências de publicidade que têm contratos com a Secretaria de Comunicação Social (Secom) uma campanha institucional para ir ao ar o mais rápido possível nas rádios, TVs e canais digitais. O custo será de R\$ 50 milhões com os materiais. A encomenda foi feita na sexta-feira à noite e as agências tinham até ontem para apresentar suas sugestões.

O briefing disponibilizado para Calia, Nacional, Propeg e Nova explicava que a campanha deveria comunicar à população que não haverá mudança no Pix, esclarecer as regras que constam da medida provisória que virou alvo da oposição e combater os efeitos das fake news que circularam sobre o assunto. Em resumo, será sobretudo uma propaganda para tentar tranquilizar o brasileiro quanto à segurança do Pix.

Na semana passada, a Secom já tinha encomendado às pressas, na segunda-feira, uma campanha para conter a crise, com as mesmas agências na disputa. O prazo para entrega era o dia seguinte, o que ilustra o grau de urgência conferido ao tema pelo governo. Duas peças digitais feitas pela Calia chegaram a ser escolhidas. Elas falavam que o Pix não seria taxado e usavam uma manicure e um vendedor de sorvete para dar a informação.

O governo, no entanto, cancelou tudo. Como a demanda inicial envolvia apenas as fake news sobre a suposta taxação das transferências, que ao longo da semana deixou de ser o único motivo de confusão envolvendo a medida provisória, o Planalto decidiu refazer a concepção e passar a nova encomenda às agências.

Apareceram como problemas, depois do pedido original da Secom, novas desconfianças em relação à medida de fiscalização elaborada pela **Receita Federal**, o vídeo viral do deputado federal **Nikolas Ferreira** (PL-MG) e, enfim, o recuo do governo, lido por setores da própria administração Lula como um equívoco.

O novo ministro da Secom, Sidônio Palmeira, estreou

ontem em reuniões ministeriais. Em sua fala, discorreu inicialmente sobre o que entende por comunicação pública, com explicações didáticas sobre o assunto - segundo alguns, "didáticas demais".

Em seguida, mostrou que chega à Secom empoderado por Lula. Disse que tem a autorização do presidente para acompanhar todas as licitações em andamento na área de comunicação de cada um dos outros 37 ministérios. Tem também o aval do chefe para acessar cada um dos contratos já assinados pelo resto da Esplanada no setor. E avisou que vai procurar todos os ministros para discutir o tema.

Sidônio planejava começar os trabalhos impondo uma marca ao governo, mas se deparou logo de cara com a crise do Pix. Uma das prioridades dele é abrir uma nova licitação para a comunicação digital da gestão Lula. - Pretendo fazer uma nova licitação. Essa não vale mais, não nos interessa. E vamos encaminhar o mais rápido possível. Vamos trabalhar imediatamente nisso -disse na semana passada ao assumir a pasta.

Ainda que ocorra de forma célere, com todos os prazos legais de uma licitação, o governo Lula poderá contar com um novo contrato de empresas que prestem serviços digitais apenas no segundo semestre. Pelo menos nos primeiros seis meses de gestão, a equipe de Sidônio terá que lidar com o que já está contratado.

DESABAFO DE LULA

Um dos pontos que o ministro quer incluir na nova licitação é a determinação para que as empresas interessadas apresentem estratégias de combate às fake news, decisão impulsionada pelo caso Pix. Melhorar o posicionamento do governo nas redes sociais é um dos principais desafios de Sidônio no comando da Secom. Em dezembro, Lula reclamou que, em dois anos de governo, não se conseguiu fazer uma licitação para a área:

-A gente não conseguiu, sequer, em dois anos de governo, fazer um estudo mais aprofundado sobre a questão digital e sequer conseguimos fazer uma licitação para ter uma imprensa digitalizada, mais competitiva.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Portarias precisarão de aval da Casa Civil

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Estevão Tair e Caetano Tonet De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na segunda-feira (20) que, a partir de agora, todas as portarias que forem editadas pelos ministérios vão precisar "passar" pelo crivo da Casa Civil e da Presidência. Segundo Lula, o objetivo é evitar "confusão" para o governo. Nos bastidores, porém, a decisão foi considerada por integrantes do Executivo como um gesto que fortalecerá internamente o chefe da pasta, ministro Rui Costa, perante o restante do primeiro escalão.

A afirmação do presidente tem relação com os danos provocados pela instrução normativa da **Receita Federal** - revogada na semana passada - que ampliava a fiscalização sobre transferências mensais superiores a R\$ 5 mil realizadas por pessoas físicas. A instrução da Receita, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, acabou por gerar notícias falsas de que o Pix seria taxado pelo governo.

"Daqui para frente, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão pra nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República, pela Casa Civil. Muitas vezes a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebenta e vem cair na Presidência da República", disse Lula.

O presidente abordou o assunto durante aberta da primeira reunião ministerial do ano, que aconteceu na Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência. Na semana passada, como forma de tentar conter os boatos, Lula editou uma medida provisória (MP) que garante que esse tipo de pagamento instantâneo não terá incidência de qualquer tipo de tributo, seja imposto, taxa ou contribuição.

A proposta sobre o Pix entrou em vigor imediatamente no ato da publicação da MP, mas agora precisará ser analisada pelo Congresso. O governo incluiu no primeiro parágrafo do texto um artigo que garante o "sigilo" do Pix. O objetivo, com isso, é tentar neutralizar as críticas feitas à instrução normativa da Receita.

"Esta medida provisória dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valorou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de pagamentos instantâneos - Pix, instituído pelo

Banco Central do Brasil", dizia o texto.

A MP ainda traz um dispositivo para coibir comerciantes de cobrarem valor extra para a modalidade de pagamentos via Pix. Segundo o texto do projeto, isso constitui "prática abusiva". Na semana passada, ao anunciar que o Executivo iria revogar a norma da Receita, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "criminosos" estariam se aproveitando dessa polêmica para cobrar uma taxa sobre esse tipo de operação.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250121/>

Lula cobra ação para baratear alimentos e diz a ministros que '2026 já começou'

Fabio Murakawa, Renan Truffi e Caetano Tonet De Brasília

Em reunião ministerial na segunda-feira (20) em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "2026 já começou", chamou para o Planalto o protagonismo nas ações de governo, demonstrou irritação com a crise do Pix, na semana passada, e cobrou ministros por ações imediatas pela redução do preço dos alimentos.

"2026 já começou. Se não por nós, [...] a eleição do ano que vem já começou. Eles [a oposição] já estão em campanha. Não podemos antecipar campanha porque nós temos que trabalhar e entregar para o povo aquilo que o povo precisa", disse Lula no início da reunião.

Recém-nomeado ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira teve papel de destaque no encontro, ao pedir aos colegas de Esplanada "unicidade na comunicação" e dizer que Lula deve ser "o motor de conteúdo" do governo a partir de agora, de acordo com relatos de pessoas presentes no encontro ao Valor.

A expressão foi interpretada por alguns ministros como um recado de que o protagonismo da comunicação daqui para a frente tem que ser do presidente, que prepara terreno para a disputa eleitoral no ano que vem. Nesse sentido, segundo relatos, todos os feitos e programas considerados positivos devem seguir uma hierarquia. Em primeiro lugar, devem ser atribuídos a Lula, depois ao governo e, depois, aos ministros.

O chamado à "unicidade", por sua vez, ocorre na semana seguinte ao episódio do Pix, em que a **Receita Federal** teve que recuar de uma

norma editada para fiscalizar movimentações financeiras. O instrumento foi alvo de uma onda de informações falsas de que o governo pretendia promover uma taxaçoão às transações acima de R\$ 5 mil.

O próprio Lula, de maneira indireta, fez referência a esse episódio, em sua fala inicial na reunião: "Daqui para frente, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão pra nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República pela

Casa Civil. Muitas vezes a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebenta e vem cair na Presidência da República".

Lula pediu ainda que os ministros da Esplanada conversem com seus respectivos partidos sobre a manutenção do apoio dessas le-

gendas ao atual governo em 2026.

"Eu quero conversar com vocês sobre os partidos que estão alinhados conosco, temos vários partidos políticos, eu quero que esses partidos continuem junto [em 2026], mas estamos chegando no processo eleitoral e a gente não sabe se os partidos que vocês representam querem continuar trabalhando conosco ou não", afirmou.

A portas fechadas, sem transmissão, Lula voltou a se dirigir aos chamados "ministros de bancada". Segundo o Valor apurou, o presidente disse que iria conversar com eles e suas bancadas porque sabe "muito bem como cada bancada tem votado". A fala, lacônica, foi interpretada como um sinal a respeito da **reforma ministerial** que, espera-se, Lula fará nas próximas semanas.

Após o encontro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que Lula não tomou "nenhuma decisão" sobre mexidas na Esplanada.

Ele disse ainda que uma das prioridades do governo petista para este ano será a "reorientação" da comunicação. Segundo ele, o Executivo quer fazer com que a população tenha uma "percepção" melhor das medidas governamentais tomadas pelo Executivo. E mencionou que o governo está discutindo um "plano de comunicação" para evitar crises como a do Pix.

Sobre isso, segundo fontes, Sidônio disse aos ministros que está preparando uma espécie de central de monitoramento para dar respostas rápidas às "fake news".

Lula cobrou ainda dos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo

Teixeira, um plano para baixar o preço dos alimentos no país. E, segundo relatos, disse a eles que isso tem

que ser feito com rapidez.

A alta dos alimentos tem impactado a popularidade do presidente, que neste ano centrará esforços em pavimentar seu caminho para a reeleição - ou a eleição de um sucessor-em 2026.

Lula disse aos ministros que "a população não pode esperar" que os preços baixem ainda mais. E reafirmou que quer que esse programa "seja feito já".

No início da reunião, transmitido pelos canais oficiais, Lula também externou essa preocupação.

"Se a gente trabalhou com reconstrução e união, agora vai ter que trabalhar outra coisa importante: reconstrução, união e comida barata na mesa do trabalhador", disse, em referência ao slogan oficial "União e Reconstrução". "Todos os ministros sabem que os alimentos estão caros, e é uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do trabalhador, da dona de casa e do povo brasileiro em condições compatíveis com o salário que ele ganha."

Em 2024, o preço dos alimentos subiu em média 7,69%, bem acima da **inflação** oficial do país, 4,83%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE. Procurados, os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário não se pronunciaram.

Ao discursar, Lula lembrou os ataques às sedes dos três Poderes e disse que tem como causa não permitir que o grupo político de Jair Bolsonaro volte ao poder.

"A causa é a gente não permitir, em hipótese alguma, que esse país volte ao horror que foi o mandato do nosso antecessor", declarou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

PGFN regulamenta dispensa de garantia em ações judiciais

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regulamentou a dispensa de garantia para processos judiciais que questionem decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** por voto de qualidade. A medida está Portaria nº 95, publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

A norma foi editada em razão da Lei nº 14.689, de 2023, que trouxe de volta o voto de qualidade - o desempate pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda - e prevê algumas facilidades para os contribuintes. A que dispensa a apresentação de garantia está no artigo 4o.

Apesar da previsão legal, a Fazenda Nacional resistia a aceitar ações sem garantia por falta de regulamentação, que veio agora e prevê que essa dispensa é facultativa - ou seja, o contribuinte pode optar por oferecer uma garantia tradicional. A medida vale para contribuintes com capacidade de pagamento.

A questão, até então, estava sendo resolvida no Judiciário e os juizes vinham dando razão aos contribuintes para suspender a exigência. De acordo com Maria Rita Ferragut, sócia de tributário do Trench Rossi Watanabe, a fundamentação era, muitas vezes, a falta de regulamentação.

Foi o caso, por exemplo, da Monsanto, que em julho de 2024 conseguiu suspender a exigência de garantia no questionamento de um auto de infração (processo nº 5018307-85.2024.4.03.6100). Agora, com a edição da portaria, afirmam tributaristas, os pontos levados à Justiça devem mudar.

O tópico da capacidade de pagamento é o que mais preocupa, segundo eles. Maria Raphaela Mat-thiesen, tributarista da Mannrich Vasconcelos, diz que, embora já estivesse previsto na lei de 2023 que a capacidade de pagamento deve ser aferida com base no patrimônio líquido da empresa, a portaria foi além. Estabeleceu que deve ser calculado pelo método do "patrimônio líquido realizável ajustado".

A principal preocupação dos tributaristas é a respeito de como será feito esse cálculo, e que a fórmula acabe, na prática, por chegar a um patrimônio líquido

do contribuinte menor do que o que ele efetivamente dispõe, inviabilizando a

dispensa da garantia. "Um ativo alienado a valor justo não necessariamente vai aparecer com o mesmo valor pelo critério "realizável ajustado", e isso pode acabar reduzindo o patrimônio líquido do contribuinte", diz Maria Raphaela.

E se o contribuinte tiver meios de demonstrar que o cálculo da PGFN realmente o prejudicou, a divergência pode levar a um aumento de questionamentos judiciais sobre o tema, segundo Maria Rita Ferragut. "Não sabemos qual vai ser a régua. Isso não foi regulamentado. Mas vamos ter que esperar para ver como o cálculo vai ser feito na prática para saber se há espaço para questionamento judicial", afirma.

Outra insegurança gerada por um vácuo na redação, de acordo com os especialistas, diz respeito ao artigo 5o, que estabelece que a análise do requerimento de dispensa será feita em até 30 dias. Não fica claro, no entanto, diz Maria Raphaela, se o contribuinte que precisar comprovar a regularidade tributária durante esse intervalo não será prejudicado pelo período de análise.

A tributarista aponta, ainda, que o artigo 7o da portaria, que prevê as possibilidades de revogação da dis-

pensa, deveria ter especificado que as discussões judiciais com resultado favorável à Fazenda deveriam ser em caráter definitivo. "Do jeito que está, a regularidade fiscal já pode ser inviabilizada enquanto o recurso ainda está sendo analisado em primeira instância, por exemplo."

Maria Rita Ferragut, por sua vez, aponta que outra omissão importante, e que pode aumentar o volume de questionamentos judiciais, envolve processos que já estão em andamento e garantidos de outras formas, por empresas que teriam condições de pleitear a dispensa da garantia. "A portaria só trata dos débitos futuros, mas também não proíbe a substituição para os não garantidos. Então, essa possibilidade poderia levar ao aumento de pedidos judiciais", afirma.

No entanto, segundo as especialistas, o efeito da

regulamentação é majoritariamente positivo. Nem que seja apenas por acabar com a situação de insegurança que vigorou por um ano, em que havia previsão legal, mas não regulamentação. Para Maria Rita, chama atenção o fato de a norma não tratar a dispensa como dispensa, e sim como critério alternativo de garantia.

Essa leitura é possível, acrescenta, a partir do artigo 3o, inciso I. O dispositivo diz textualmente que a regularidade fiscal "é forma de garantia facultativa do crédito tributário".

Para ela, essa leitura beneficiaria especialmente empresas que têm movimentação financeira muito grande, mas pouco patrimônio, como as de tecnologia, agronegócio e setor financeiro. "Como a portaria está considerando que a regularidade fiscal é uma forma de garantia e a PGFN permite que se tenha um mix de garantias, se a empresa tiver patrimônio inferior à dívida fiscal, a regularidade supriria a necessidade de garantia até o valor do bem. Para o que excedesse, precisaria apresentar outra forma de garantia."

No **Carf**, as decisões tomadas por voto de qualidade são a minoria - em 2024, representaram 3,7% do total. Até outubro, segundo o órgão, enquanto os 1.971 processos decididos por maioria discutiram R\$ 205 bilhões, os 17.619 processos resolvidos por unanimidade movimentaram R\$ 409 bilhões e os 755 por voto de qualidade, RS 139 bilhões.

Procurada Pelo Valor, a PGFN não se manifestou até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

empresas começam a se preparar para período de transição de reforma

A recente sanção da regulamentação da **reforma tributária**, por meio da Lei Complementar nº 214/2025, é um sinal de alerta para que as empresas comecem as mudanças necessárias para seguir as novas regras. O período de transição para a implementação da Contribuição e Imposto sobre Bens e Serviços (CBS/IBS) e do **Impostos** Seletivo (IS) terá início em 1º de janeiro de 2026. Mas os testes que envolvem mudanças no layout da nota fiscal eletrônica começam em setembro, segundo a Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 1, publicada em agosto de 2024.

A maioria das empresas, inclusive as maiores, está atrasada, segundo afirma Thaís Borges, diretora comercial e de marketing da Systax, empresa de tecnologia fiscal e tributária. "O desafio não envolve apenas a área fiscal", diz ela, acrescentando que a área operacional pode ser afetada. "A empresa pode ser obrigada a parar uma linha de produção ou fornecimento de serviços para cumprir as novas diretrizes tributárias."

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, a adequação das empresas à **reforma tributária** é essencial para garantir conformidade legal, competitividade e eficiência operacional. Na prática, exigirá proatividade, investimento em tecnologia, revisão de estratégias fiscais e um acompanhamento constante das mudanças regulatórias. "Empresas que se prepararem estarão melhor posicionadas para lidar com os de-

safios e aproveitar as oportunidades que a nova estrutura tributária trará", diz João Elói Olenike, presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBFT).

Olenike sugere, primeiro, um planejamento estratégico, com o objetivo de mitigar possíveis custos advindos das alterações no sistema tributário nacional. Para ele, as empresas que não se adequarem às mudanças trazidas pela **reforma tributária** enfrentarão implicações legais, financeiras e operacionais. "Isso pode comprometer a viabilidade de seus negócios e trazer riscos significativos."

"É urgente que as empresas avaliem como a reforma as impactará" Arthur Pitman

Professor em Gestão Tributária na Fipecafi, Arthur

Pitman destaca que "neste momento, é urgente que as empresas avaliem como a **reforma tributária** impactará suas realidades". É preciso, acrescenta, "mapear os impactos operacionais [como mudanças nas obrigações acessórias e sistemas de tecnologia], financeiros [fluxo de caixa e disponibilidade de créditos tributários] e contábeis [ajustes nas demonstrações financeiras e no registro de ativos e passivos fiscais]".

O escritório L.O. Baptista lembra que, no período de transição, em

2026 a 2032, a cada ano, novas mudanças serão introduzidas no novo sistema. Em 2026, por exemplo, haverá o início da cobrança da CBS, com alíquota de 0,9%, e do IBS, com alíquota estadual de 0,1%. Entre 2027 e 2028, a CBS será exigida com base na alíquota estabelecida pela União, reduzida em 0,1%, e a alíquota do IBS será de 0,05%. Já em 2029, o IBS passa a ter a alíquota instituída pelo governo e ocorrerá a redução de 10% nas alíquotas do ICMS e do ISS. Entre 2030 e 2032, continua a redução de percentuais para os clois **impostos** até a sua completa extinção em 2033.

Para seguir as novas regras, as empresas terão que investir. Segundo levantamento realizado pela Systax para verificar o custo das adequações de sistemas para as organizações, ele é menor para as micro e pequenas empresas devido à simplicidade relativa dos sistemas e operações atuais. A estimativa é de um investimento que variará entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil.

Já as companhias de médio porte, além de ajustes nos sistemas, precisam de mapeamento de processos e treinamentos internos. Assim, o investimento está estimado entre R\$ 500 mil e R\$ 2 milhões.

Para uma organização de grande porte, o custo mais relevante está atrelado à integração de sistemas corporativos, consultorias de larga escala e gestão de riscos para evitar interrupções operacionais. Para isso, ela precisará investir de R\$ 1,5 milhão a R\$ 5 milhões.

Segundo explica Thaís Borges, esses valores estimados desconsideram a contratação de mão de obra e

outros serviços, o que varia conforme a complexidade

das operações e as demandas específicas de cada empresa. Para as de pequeno porte, esse custo extra estaria ao redor de R\$30 mil e R\$ 100 mil.

Para médias, de R\$ 100 mil a R\$ 500 mil, com a contratação de especialistas temporários para revisões tributárias e adaptações de sistemas, além de ampliação ou capacitação das equipes de TI. "Nelas, o treinamento interno é mais robusto, pois a quantidade de processos e colaboradores impactados é maior", diz.

Já para grandes corporações, a Systax estima que esse custo varie de R\$ 500 mil a R\$ 3 milhões ou até mais, dependendo da complexidade de suas operações. "Elas exigem não apenas a contratação de consultorias especializadas, mas a ampliação de equipes dedicadas exclusivamente à implementação das mudanças porque é necessário realizar revisões detalhadas de processos em múltiplas filiais ou

unidades", afirma Thais.

O prazo previsto para as empresas realizarem alterações nos sistemas varia conforme o porte da empresa. Mas, de acordo com a especialista, esse período oscila entre 6 e 18 meses. A adaptação dos sistemas para a reforma, explica, é um processo longo, que envolve várias etapas.

Para as empresas que não se adaptarem, pode até haver uma certa flexibilidade por parte da fiscalização durante o período de transição, pois é um período para ajustes. "Porém, esperar até o último minuto para fazer as mudanças pode sair muito mais caro, porque as empresas acabam tendo que contratar consultorias às pressas, fazer ajustes emergenciais nos sistemas e, pior, perder oportunidades de mercado por não conseguirem oferecer preços competitivos", diz Thais.

Quando o período de transição acabar e as novas regras começarem a valer integralmente,

o impacto de qualquer erro ou omissão será bem mais pesado. Empresas que não estiverem adequadas podem ser multadas, autuadas e correm o risco de terem suas operações interrompidas, conforme previsto no artigo 25, da Lei Complementar nº 214, de 2025, que regulamenta a **reforma tributária**.

As responsabilidades de que trata esta lei complementar compreendem a obrigação pelo pagamento do IBS e da CBS, acrescidos de correção e atualização monetária, multa de mora, multas punitivas e demais encargos.

Outras sanções para as organizações que não se adaptarem, destacadas por Olenike, do IBPT, são,

além do bloqueio de operações, restrição ao uso de créditos tributários e comprometimento da reputação. "Ignorar essas mudanças compromete não apenas a saúde financeira, mas também a continuidade do negócio no médio e longo prazo", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

Tax Free: turismo é beneficiado com sanção da reforma tributária

Ana Lúcia Caldas - repórter da Rádio Nacional

O turismo foi beneficiado com a sanção da **Reforma Tributária**, com a inclusão do Tax Free. A ideia é estimular o setor, fortalecer a economia local e gerar mais empregos e renda no Brasil, já que permite o reembolso de **impostos** a turistas estrangeiros, oferecendo um incentivo adicional para quem deseja visitar o país.

Segundo o Ministério do Turismo, em 2024, o Brasil alcançou um recorde no número de turistas estrangeiros, foram mais de 6,6 milhões de visitantes, um aumento de 12,6% em relação ao ano anterior.

Com a adoção do programa Tax Free, esse número deve aumentar. De acordo com o Ministério do Turismo, a iniciativa foi recebida com entusiasmo pelos setores do turismo e do comércio.

Para esses setores, a inclusão do sistema de devolução de **impostos** no novo modelo tributário é uma oportunidade de atrair mais visitantes internacionais, contribuir para o consumo, fortalecer cidades turísticas e dinamizar a economia local.

Serão devolvidos aos turistas estrangeiros, ao sair do país, os valores dos **tributos** incluídos nos bens adquiridos por eles: o IBS - Imposto sobre Bens e Serviços - e a CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços sobre produtos materiais. Para isso, os visitantes devem ser domiciliados ou residentes no exterior, além de permanecerem no Brasil por um período inferior a 90 dias.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-01/tax-free-turismo-e-beneficiado-com-sancao-da-reforma-tributaria>

Protecionismo de Trump afeta Brasil, alertam especialistas

Camila Zarur, Victoria Netto, Lucas Feitoza e Marta Watanabe Do Rio e de São Paulo

Com discurso protecionista na cerimônia de posse, o novo presidente dos EUA, Donald Trump, confirmou expectativas de que pretende taxar o comércio com outros países. Especialistas avaliam que novas tarifas aplicadas sobre importações americanas podem afetar o Brasil, como ocorreu no primeiro mandato do republicano. Dizem, no entanto, ser cedo para saber o tamanho do impacto.

Questionado por repórter da TV Globo sobre se falaria com o presidente Lula e como seria a relação com o Brasil e a América Latina, Trump respondeu ontem que são os brasileiros que precisam da economia americana. "A relação é excelente. Eles precisam de nós, muito mais do que nós precisamos deles. Não precisamos deles. Eles precisam de nós. Todos precisam de nós", afirmou em entrevista coletiva.

Pouco antes, em seu discurso, havia dito que reformará o sistema comercial dos EUA e que vai "impor tarifas e **tributos** sobre países estrangeiros para enriquecer os cidadãos americanos". Na avaliação do ex-mi-nistro da Fazenda e ex-embaixador em Washington Rubens Ricupero, é possível que o Brasil sinta os efeitos das futuras sobretaxas a curto prazo.

"No primeiro mandato, Trump aplicou tarifas às exportações brasileiras de aço e alumínio. Então, não seria surpresa se renovasse isso", afirma Ricupero. "[As medidas] terão repercussões internacionais muito graves, por causa da importância da economia americana no mundo. Precisamos ver qual o impacto que isso vai ter. Qual vai ser a dimensão das tarifas que ele vai adotar e quais produtos vão ser visados".

Segundo o presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, que foi chefe da diplomacia em Washington, mesmo que Trump não tome medida diretamente direcionada ao Brasil, o país poderá ser afetado com eventuais ações que o americano promete contra a China no âmbito comercial. Para ele, os efeitos colaterais podem se dar sobretudo no setor agrícola - maior mercado entre Brasil e o gigante asiático.

"Trump disse que vai à China nos próximos dias. A

gente não sabe o que eles vão combinar. Na área agrícola, o Brasil tem os próprios canais de exportação. Não estamos competindo com os americanos direta-mente, eles têm os deles. Agora, se os EUA implicarem com quem exporta para a China, aí indiretamente o Brasil pode ser afetado", disse Barbosa.

O Brasil é um dos países com os quais os EUA têm superávit comercial - o que, em tese, deixaria o país fora das novas tributações. Os primeiros afetados seriam, avalia Barbosa, aqueles que estejam exportando mais para os americanos e que, na perspectiva de Trump, "estejam causando problemas para a indústria americana".

Ainda assim, segundo Ricupero, o governo brasileiro terá que ter cautela para evitar desgastes, tanto com os EUA quanto nos Brics. Trump já ameaçou sobretaxar os países do grupo se avançarem nas negociações por alternativas ao dólar nas transações comerciais. "Quando houver a reunião de Cúpula do Brics, tenho a impressão que o Brasil vai tomar cuidado e não voltar a falar em moeda comum. Vai haver prudência para evitar atritos [com os EUA]", diz Ricupero. O encontro dos líderes do bloco está marcado para julho deste ano, no Brasil.

Sob outra ótica, uma política dura do presidente americano também pode abrir caminho para negociações comerciais do Brasil com México e Canadá. É o que diz Welber Barrai, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior. "A instabilidade comercial que Trump pode provocar é ruim para o mundo inteiro, sem dúvida. Mas o Mercosul tem negociação com o Canadá que está mais

ou menos parada, e existe também uma negociação Brasil-México para expandir o acordo bilateral. Eventualmente, essa situação pode levar os dois países a ter mais interesse nessas negociações", diz.

O acordo Brasil-México, diz Barrai, é antigo e trata principalmente do setor automotivo. "Existe uma proposta de expansão, para inclusão de mais produtos, mas um dos obstáculos é o protecionismo mexicano em relação à sua agricultura", afirma o ex-secretário.

A diretora do Brazil Institute, no Woodrow Wilson

Center, em Washington, Bruna Santos, também aponta que, mesmo com os embates entre EUA e China, retaliações comerciais americanas ao gigante asiático também podem ser uma oportunidade para o Brasil. O mesmo pode ocorrer, diz, se Pequim decidir reagir a Washington. "Mais uma vez a gente vê o quanto no tema competição global entre China e EUA o Brasil acaba se beneficiando", afirma.

Para o ex-chanceler Aloysio Nunes, que estava à frente do Itamaraty na primeira gestão Trump, independentemente do que acontecerem relação às políticas comerciais americanas, o Brasil deverá manter o pragmatismo e buscar pontos de convergência. É necessário, diz, encontrar pontos em que "as agendas se somam" para não haver desgaste ainda maior entre os dois países.

"A relação dos EUA com o Brasil é uma relação de interesse recíproco e está baseada não apenas em 200 anos de história, mas em laços econômicos concretos. Portanto, não é algo que possa ser simplesmente tratado no plano meramente ideológico. É preciso levar em conta a realidade", afirma Nunes.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

Para onde vai o PIB? E com base em quê? - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Saiu nova projeção do Fundo Monetário Internacional para o crescimento do nosso **PIB** em 2024, um tanto acima dos 3% antes sugeridos por aquele órgão para este mesmo ano. Já para 2025 e 2026, o FMI ficou entre 2,2% e 2,5%. Quanto ao conjunto dos países em desenvolvimento, sua expectativa é de 4,2% para 2024 e 2025.

Já na minha participação em programa da Jovem Pan do dia 18 último, duvidei um pouco de previsões um tanto otimistas para o caso brasileiro, especialmente por conta da falta de uma definição mais clara dos investimentos que poderiam ser realizados pelos entes públicos, principais investidores em infraestrutura do país.

O grande drama para retomar o crescimento do **PIB** nos últimos tempos é exatamente a desabada de tal taxa de investimento, que é uma variável fortemente correlacionada com o crescimento do **PIB**. Daí minha estranheza quanto à posição tão otimista do FMI para o crescimento desta última este ano.

A questão-chave é como o investimento poderia ser retomado se o orçamento público está completamente engessado, em face do elevado peso dos gastos com previdência e assistência no âmbito da União, a meu ver o X de tudo.

Vejam que a soma desses dois itens passou de 22,3% para 56,2% do gasto não-financeiro total, entre 1987 e 2024, implicando um acréscimo de 33,9 pontos percentuais nesses 37 anos mais recentes.

Já conforme um gráfico que costumo mostrar, o principal fator explicativo por trás dessa concentração orçamentária em gasto corrente teria sido o aumento exagerado do grau de envelhecimento da população brasileira entre 1987 e 2000, em um primeiro momento, e dali até 2050, a partir de então. Como dá para se constatar, a taxa de crescimento do número de idosos subiu, primeiro, a 61,7% (entre 1987 e 2000), e, depois, em segundo, a 264,3%, entre 2000 e 2024, também relativamente a 1987 para, finalmente, se elevar à taxa de 678,6% entre 1987 e 2050 (sendo as taxas entre 2024 e 2050 acreditadas projeções do IBGE).

Paralelamente, o que se vê, em contraste, é a projeção da taxa de crescimento da População em Idade Ativa (PIA) em apenas 65,4% entre 1987 e 2050, grupo de onde normalmente se originam as contribuições dos aposentados e pensionistas que financiam os citados idosos. Diante da projeção de que a PIA caia ainda mais em relação ao número de idosos até 2050, é aqui que teremos de atuar para permitir uma solução que ataque o problema em sua raiz, o que envolverá a necessidade de mudar radicalmente o Regime de Repartição Simples (RRS) adotado no sistema de previdência em vigor.

Nessas condições, teremos de adotar outro regime previdenciário que não seja o de os idosos terem suas aposentadorias financiadas pelos mais novos - isto é, o RRS, no qual o grupo que contribui é cada vez menor e o dos beneficiários (vale dizer, o dos deficits), maior.

Esse antigo regime terá de ser substituído urgentemente pelo de capitalização.

Ritmo de crescimento

De outro lado, há os que se preocupam com a aparente inconsistência entre o atual ritmo de crescimento da economia, puxado, como imaginam estar sendo, por uma política fiscal fortemente expansionista, mas, sem entrar em muitos detalhes sobre como isso se dá. E em um ambiente de contas públicas um tanto confuso, o que tende a deixar em dúvida nossa capacidade de simultaneamente manter a dívida pública (e, portanto, a velha **inflação**) sob controle.

Em minhas análises, tenho centrado as principais preocupações no efeito reducionista da expansão de gastos mais rígidos, como os em previdência e com o BPC, acima citados, sobre os mais flexíveis investimentos públicos em infraestrutura, fadados a assumir um peso cada vez menor no orçamento público, e por isso a comprometer as possibilidades de crescimento econômico do país.

Tanto assim que, do final dos anos 1980 até 2022, a taxa de investimento da União teria caído de 5,1% para 0,6% do **PIB** e, por conta disso, as taxas médias de crescimento do **PIB** nos anos 1980 teriam caído de 8,8% ao ano para 0,9% em 2023.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6894/21-01-2025.html?all=1>

Focus projeta IPCA acima de 5% este ano

RAFAELA GONÇALVES

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as projeções para a **inflação** em 2025 e 2026. Segundo os dados do mais recente Boletim Focus, divulgados ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano passou de 5,00% para 5,08%.

Para 2026, a projeção subiu de 4,03% para 4,05%. Para 2027, a estimativa foi elevada de 4,05% para 4,10%, enquanto para 2028 subiu de 3,60% para 3,62%. A revisão das projeções afastam a **inflação** da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3% este ano - a margem de tolerância para que seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual, para baixo ou para cima.

Os dados divulgados ontem reforçam que a **inflação** continua sendo uma preocupação. "Essas expectativas refletem uma preparação do mercado para uma possível política monetária mais restritiva nos próximos anos, como resposta às pressões inflacionárias persistentes", destaca Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

O Brasil ultrapassou o teto da meta de **inflação** em 2024, que acumulou alta de 4,83%. Em carta enviada pelo BC ao Ministério da Fazenda, a autoridade monetária atribuiu o estouro ao forte crescimento da economia, à desvalorização do real e aos fatores climáticos.

A mediana para taxa básica de juros (Selic) ficou estável em 15% neste ano - atualmente, está em 12,25% ao ano, valor fixado após a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 11 de dezembro de 2024. O próximo encontro do colegiado será em 28 e 29 de janeiro. A expectativa do mercado é de um aumento da Selic em um ponto percentual.

"Essa decisão vem para controlar a **inflação**, mas, também, pode deixar o crédito mais caro e diminuir o consumo. Isso significa que mesmo com pequenos sinais de crescimento, a economia segue em um momento delicado, exigindo equilíbrio entre combater a alta de preços e incentivar o crescimento", avalia Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike.

A projeção para 2026 subiu de 12% para 12,25%. A estimativa para 2027, por sua vez, ficou estável em 10,25%, assim como para 2028, que permaneceu em

10% pela quarta semana consecutiva.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6894/21-01-2025.html?all=1>

Caçada a imigrantes e canetada sem limites

RODRIGO CRAVEIRO

Apenas algumas horas depois de tomar posse como o 47º presidente norte-americano, Donald Trump reverteu 78 ordens executivas do democrata Joe Biden; concedeu perdão a 1.270 mil condenados pela invasão ao Capitólio e comutou as sentenças de outros 14; declarou emergência nacional na fronteira com o México; impôs os gêneros masculino e feminino como os únicos reconhecidos; classificou cartéis do narcotráfico como organizações terroristas e retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, documento que visa controlar as mudanças climáticas (leia na página 12), e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma parte das ordens executivas foi assinada diante de uma multidão, no ginásio Capital One Arena, em Washington; outra parte, no Salão Oval da Casa Branca, que Trump voltou a ocupar depois de quatro anos.

Nos próximos dias, o republicano deverá firmar uma ordem executiva para a deportação de milhões de imigrantes não documentados.

O anúncio foi feito durante o discurso de posse, ao meio-dia (14h em Brasília), sob a Rotunda do Capitólio, no mesmo local e quatro anos depois que a horda de simpatizantes invadiu a sede do Legislativo, em um ataque que deixou cinco mortos e chocou o planeta.

"Eles são reféns. Aproximadamente 1,5 mil receberão um perdão - um perdão completo", afirmou Trump a jornalistas. O número foi corrigido para 1.270 pela Casa Branca, pouco depois. Os líderes dos grupos de extrema-direita Oath Keepers e Proud Boys também tiveram a pena comutada.

Na presença de Biden e dos ex-presidentes Barack Obama, Bill Clinton e George W. Bush, Trump anunciou o início de uma "era de ouro" nos Estados Unidos. Foi quando prometeu deixar de fora dela os imigrantes ilegais.

Para isso, avisou que contará com a ajuda das Forças Armadas para barrar a entrada de estrangeiros não documentados. Ao classificar o 20 de janeiro como "o dia da libertação" do país, o republicano afirmou que os EUA serão "a inveja de todas as nações" e antecipou as primeiras medidas. "Hoje, eu assinarei uma série de ordens executivas históricas. Com essas ações, começaremos a completa recuperação da América e a revolução do senso comum", anunciou,

diante dos empresários mais ricos do mundo, como Elon Musk, dono da SpaceX e da Tesla; Jeff Bezos, dono da Amazon; e Mark Zuckerberg, fundador do Facebook.

"Em primeiro lugar, declararei emergência nacional em nossa fronteira sul. Todas as entradas ilegais serão suspensas. Começaremos o processo de retorno de milhões de estrangeiros criminosos de volta ao lugar de onde vieram.

(...) Colocarei fim à prática de pegar e soltar. Enviarei tropas para a fronteira sul, a fim de repelir a invasão desastrosa de nosso país", acrescentou Trump.

Em tom messiânico, lembrou o atentado à bala sofrido em agosto passado, na Pensilvânia. "Eu fui salvo por Deus para tornar a América grande novamente", declarou, ao dizer que, nos últimos oito anos, foi testado e desafiado mais do que qualquer presidente em 250 anos de história. Trump reafirmou as ameaças ao Panamá e ao México.

Também avisou que instaurará tarifas para outras nações. "A China está operando o Canal do Panamá.

Nós não o demos à China, nós o demos ao Panamá e estamos tomando-o de volta", anunciou.

"Em breve, nós mudaremos o nome do Golfo do México para Golfo da América." Neste momento, cinegrafistas filmaram a ex-secretária de Estado democrata Hillary Clinton sorrindo.

Claudia Sheinbaum, presidente mexicana, cumprimentou Trump, mas cobrou "diálogo e respeito" ao vizinho. Por sua vez, o presidente panamenho, José Raúl Mulino, avisou que o Canal "é e continuará sendo do Panamá".

Em entrevista ao Correio, Jeffrey Sonenfeld, professor de prática de liderança da Universidade de Yale, classificou como "horrorosa" a "história revisionista de Trump para perdoar e comutar os vândalos que tentaram um ato de insurreição". "Essas pessoas espancaram, violentamente, policiais", lembrou. "Além disso, os decretos superficiais de Trump para demandar o fim da inflação são puramente cosméticos, sem planos, propostas e ações genuínas", acrescentou.

Mobilização militar

Diretora da Clínica de Direitos dos Imigrantes da Universidade de Chicago, Nicole Hallett afirmou ao Correio que resta saber se os anúncios feitos por Trump são meramente retóricos ou se realmente haverá uma mobilização militar em larga escala na fronteira. "Se isso ocorrer, estaremos em território desconhecido.

Será a primeira vez em que o Exército dos Estados Unidos para impedir civis de entrarem no país em busca de asilo. Provavelmente, isso causará imensa dor e sofrimento às pessoas mais vulneráveis." De acordo com Hallett, a ordem executiva sobre a deportação de milhões de imigrantes não documentados "é apenas uma promessa no momento". "Trump precisará de recursos massivos para fazer isso, e a única maneira de cumprir isso é utilizando o Exército. Creio que os próximos dias serão cruciais para determinar como serão os próximos quatro anos", avaliou.

Brasileiros em situação ilegal nos Estados Unidos alternam sentimentos de apreensão e angústia.

Natural de Gonzaga (MG), Enivaldo Oliveira Santos, o "Pitó", vive na Filadélfia (Pensilvânia) desde 2018 como não documentado. "Medo, medo, não tenho, não. Uma cisma a gente tem. Vamos esperar três meses para ver o que vai acontecer. Mas, se ele cumprir tudo o que está falando aí, não vai ficar brasileiro aqui, não. Brasileiro vai tudo embora", disse ao Correio. "Os Estados Unidos são movimentados por nós, imigrantes. Somos nós que pegamos serviço pesado", acrescentou.

Pitó acredita que Trump poderá apenas fechar a fronteira.

"Não tem lógica ele mandar todo mundo embora." Aos 49 anos, o também mineiro Cláudio (ele não quis ter o nome divulgado) contou à reportagem que vive na Filadélfia desde 2001. "Eu fui para o Brasil e retornei. Nunca vi nada de diferente, não. Claro que dá medo nas pessoas que estão aqui como ilegais, lutando pela vida.

Tem muito bagunceiro que vem aqui e acaba com o nome dos imigrantes.

Mas aqueles que vieram cuidar da família têm medo", reconheceu.

"Acho que no mandato de Barack Obama, os EUA deportaram muito mais gente do que durante o primeiro governo de Trump. Não tenho medo de ser deportado, mas de deixar para trás minha esposa e meu filho. É muito humilhante você sair daqui amarrado, algemado como um criminoso. Parece que,

dessa vez, Trump fará valer o que falou, mas vamos esperar para ver."

Biden

Além da reversão das 78 ordens executivas assinadas pelo antecessor, Trump declarou guerra a Biden, ao acusá-lo de corrupto e traidor.

"Durante muitos anos, um establishment radical e corrupto extraiu poder e riqueza dos nossos cidadãos, enquanto os pilares da nossa sociedade estavam quebrados e, aparentemente, em completo abandono", afirmou o republicano. Apesar de não ter citado diretamente o nome de Biden, Trump acusou o democrata de uma "traição horrível". "A minha recente eleição é um mandato para reverter, completa e totalmente, uma traição horrível e todas essas muitas traições que ocorreram. E para devolver ao povo a sua fé, a sua riqueza, a sua democracia e, na verdade, a sua liberdade", disse o presidente.

"De agora em diante, o declínio da América acabou."

Um dia em Washington

A suposta saudação nazista

Escolhido por Trump para liderar o Departamento de eficiência governamental, Elon Musk - dono da Tesla, do SpaceX e da rede social X - tornou-se o centro de uma polêmica, ao discursar no Capital One Arena, um ginásio esportivo em Washington D.C. "eu apenas quero dizer 'obrigado' por fazer isso acontecer", declarou o homem mais rico do planeta. Foi então que ele usou a mão direita para dar um tapa no peito, com os dedos abertos, e esticou o braço direito em diagonal para cima, com os dedos juntos e a palma voltada para baixo. O jornal israelense Haaretz definiu o gesto como uma saudação fascista comumente associada à Alemanha nazista.

Missão: fincar a bandeira em Marte

Trump prometeu que os Estados Unidos fincarão sua bandeira em Marte e tornarão a ser vistos como "uma nação em crescimento" que expande seu território. "vamos perseguir nosso destino manifesto rumo às estrelas, enviando astronautas americanos para fincar as estrelas e listras (da bandeira americana) no planeta Marte", declarou Trump. Elon Musk reagiu com um sinal entusiasmado de positivo. A SpaceX está desenvolvendo o Starship, o maior foguete construído pela humanidade. O objetivo de Musk com o projeto seria chegar a Marte em uma missão tripulada. Com Trump no poder, o sonho pode se tornar realidade.

O adeus de Joe e Jill

em seu pronunciamento de despedida, na Base Aérea Andrews, em Maryland, o ex-presidente Joe Biden foi econômico ao comentar o discurso de posse de Trump. "Temos muito mais a fazer. Ouvimos o discurso de posse - vocês sabem, temos mais a fazer", afirmou, benzendo-se e arrancando gargalhadas dos ex-assistentes. "estou deixando o governo, mas não estamos abandonando a luta", disse Biden. "Foi a honra da minha vida servir como seu presidente. guardem minhas palavras: o futuro julgará o que vocês fizeram como uma das mais importantes contribuições para os estados Unidos."

Dois sócias barrados na posse

Howard X. (E) e Dennis Alan (D) - imitadores profissionais do ditador da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e do presidente Donald Trump - esperaram quatro horas na fila, mas não conseguiram entrar no Capitólio, ante a lotação do prédio. Os dois chegaram a Washington no sábado para acompanhar a posse. em entrevista ao Correio, eles criticaram a organização do evento e contaram que se viram obrigados a enfrentar o "frio congelante" do lado de fora. enquanto aguardavam, até o momento em que foram barrados, concederam entrevistas para dez veículos de comunicação dos estados Unidos e do exterior.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6894/21-01-2025.html?all=1>

NOVOS PREFEITOS RECLAMAM DE DÍVIDAS E COFRES VAZIOS

VINÍCIUS PRATES

Prefeitos recém-empossados relatam dificuldades para administrar cidades com cofres vazios, herança deixada, segundo eles, pelas gestões anteriores. Em diversas cidades de Minas Gerais, a ausência de recursos tem comprometido desde o pagamento de funcionários públicos até a manutenção de serviços essenciais, como coleta de lixo, saúde, além do pagamento de fornecedores. O cenário tem gerado queixas entre os prefeitos e escancarado os desafios da transição de governo, muitas vezes marcada pela falta de transparência das gestões anteriores.

O Estado de Minas conversou com prefeitos de diferentes regiões do estado sobre a situação. Os novos gestores destacam a dificuldade de equilibrar as contas para garantir o funcionamento dos serviços essenciais, enquanto organizam suas prioridades.

Em Itapeçerica, por exemplo, Centro-Oeste do estado, o prefeito Gleytinho (PP) afirmou que encontrou o caixa praticamente zerado, sem recursos livres para pagamentos. Além disso, ele destacou que encontrou diversos empenhos abertos, relativos ao período de novembro do ano passado em diante, com dívidas significativas a fornecedores de serviços essenciais, como saúde e combustíveis.

Entre as frustrações, o prefeito menciona também uma redução no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pois recebeu R\$ 480 mil em vez de R\$ 1,2 milhão previstos, devido à falta de pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em dezembro. "Isso inviabiliza totalmente a máquina", conta o prefeito, ressaltando a dependência do município ao recurso. "Essas surpresas vão fazendo a gente tomar medidas mais drásticas para conseguir fazer com que a máquina funcione com os serviços básicos e essenciais", completa.

Gleytinho afirma que ainda não é possível precisar o prejuízo em números, pois os valores referentes ao mês de dezembro ainda não foram fechados integralmente. Com os cálculos feitos até o momento, ele estima uma dívida de aproximadamente R\$ 4,5 milhões. Além disso, há pendências com precatórios (R\$ 2,5 milhões) e processos do **INSS** (R\$ 2 milhões).

"Neste momento ainda não estamos falando sobre os

precatórios e sobre o parcelamento do **INSS**, que ficou para gente regularizar, porque o mais urgente são os serviços essenciais. A gente precisa negociar com os fornecedores. Estamos devendo a Santa Casa, o posto de combustível, material de cons-

trução, obras que estavam em andamento e não ficaram recursos para finalizar", contou. Apesar das dificuldades, ele garantiu que o salário dos servidores está em dia, mas outros pagamentos, como férias de professores e encargos, ainda estão pendentes. "Isso não será muleta para o meu mandato", concluiu.

O ex-prefeito de Itapeçerica Wirley Reis, conhecido como Têko, afirmou que deixou cerca de R\$ 10 milhões em caixa para garantir a continuidade das atividades nos setores de saúde, educação, assistência social e obras previstas para execução. Reis também destacou que antecipou o pagamento da folha de dezembro dos servidores, que originalmente seria efetuado em janeiro, para o dia 31 de dezembro de 2024. "Deixamos claro também que representantes da atual gestão, vencedora do pleito de 2024 com o meu apoio, participaram ativamente de todas as reuniões de transição, obtendo, com clareza, todas as informações solicitadas", afirmou. máquina quebrada

Em Alvinópolis, na Região Central, o prefeito Lindouro (PT) também enfrenta problemas. Ele afirma que ainda não teve acesso às contas bancárias da prefeitura e que a gestão anterior não deixou recursos para o pagamento de salários de dezembro. "Pagaram só a 'tropa de elite' - prefeito, vice, secretários e comissionados - e deixaram cerca de 500 servidores sem receber", disse ele ao Estado de Minas. "Se eu pago dezembro, que era obrigação da gestão anterior, provavelmente eu corro o risco de não pagar em janeiro. A gente está estudando o que fazer", disse.

Além disso, o prefeito menciona que, ao assumir a prefeitura, encontrou diversos computadores com os dados deletados. Segundo ele, a situação gerou um atraso no início dos trabalhos de sua gestão, que precisou recuperar as informações perdidas.

"Só havia uma enxada e duas pás", relatou. "A gente não sabe se tinha, se não tinha. Não tiveram a responsabilidade nem de nos entregar um patrimônio. Se hoje sumir uma mesa, um computador, eu não tenho noção. Estamos sem chão, fazendo o que

pode", desabafou o novo chefe do Executivo municipal Lindouro afirmou ainda aos poucos vai organizando a gestão. "Limpamos a cidade, tinha locais com 15 dias sem coleta de lixo. A cidade estava com mau cheiro, lixo acumulando, rato, barata", disse ele à reportagem.

Em Juatuba, na Grande BH, o prefeito Ted Saliba (PSD) descreveu a situação como um "caos". "Não pagaram o salário de dezembro, deixaram para a gente pagar, sem deixar recurso no caixa. O prefeito (anterior) fez uma folha à parte colocando ele, o secretariado e o primeiro escalão e pagaram em dezembro", disse Saliba ao EM, ressaltando que aguarda o recebimento do FPM para pagar os **servidores públicos** ainda nesta semana.

Além disso, sem recursos no caixa, o prefeito também afirma que herdou três meses de salários atrasados dos médicos e dívidas com fornecedores essenciais. "No dia 31 de dezembro, a gestão anterior pagou quase R\$ 2 milhões a empresas de máquinas e caminhões e deixou os médicos sem receber, que era uma dívida de R\$ 800 mil. Uma situação bem programada", criticou. "A saúde está com falta de insumos. Nas prefeituras, nos órgãos públicos, não tem papel, copo descartável. Não fizeram programação de nada. Uma situação muito complicada", completou. Ele afirmou que a prioridade é realocar recursos e cortar gastos. "Estamos diminuindo ao máximo, colocando só o essencial", declarou.

O prefeito de Ibitité, na Grande BH, Dinis Pinheiro (Republicanos), declarou que a cidade enfrenta "a mais grave crise financeira da história". De acordo com ele, o ex-

prefeito também não pagou o salário dos servidores. "Acho por bem pagar o seu próprio salário e de todos os seus secretários, deixando dívidas e sem deixar um centavo em caixa", afirmou. O prefeito disse ainda que a gestão anterior deixou uma dívida de R\$ 15 milhões com os servidores. "Determinei à nossa equipe que reúna todos os recursos disponíveis, centavo por centavo, para honrar esse compromisso. Vamos iniciar em breve o pagamento prioritário dos servidores que ganham menos", anunciou Dinis Pinheiro nas redes sociais no início deste mês.

"ano não será fácil"

O presidente da Associação Mineira de Municípios, Marcos Vinicius Bizarro, disse ao EM que vem alertando os novos gestores sobre os desafios para este ano, especialmente devido à instabilidade econômica e à redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "Nossa orientação é segurar firme

nos gastos e priorizar a organização das contas nos primeiros meses de mandato", destacou.

Ele também enfatizou que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige rigor no planejamento financeiro, ressaltando que os gestores que deixaram dívidas sem a devida previsão de recursos podem enfrentar penalidades. "Se um gestor anterior fez algum tipo de dívida, ele tem que ter a previsão legal de onde vão vir os recursos. Caso ele tenha feito uma dívida e não teve o recurso, ele pode sim sofrer alguma penalidade. Os prefeitos que estão chegando agora têm que ter muita calma", disse.

Para Bizarro, apesar de alguns indicadores econômicos positivos, como o Produto Interno Bruto (PIB), a alta da **inflação** e o aumento do salário mínimo trazem desafios adicionais às prefeituras. "Por exemplo, o aumento do salário também reflete diretamente nas prefeituras, porque a grande maioria do funcionalismo é remunerado de acordo com o salário mínimo", aponta.

Ele ainda alerta que a situação pode ser agravada pela queda do FPM, que apresentou um repasse 10% menor em janeiro deste ano em comparação ao mesmo período de 2024. "A grande maioria dos nossos municípios vive exclusivamente de recursos vinculados, FPM e ICMS. Se cair essa fonte, a situação dos municípios tende a cair ainda mais", concluiu o presidente da AMM.

Procurados pela reportagem, os ex-prefeitos de Alvinópolis Maurosan Machado, de Ibitité Willian Pereira e de Juatuba, Adô-nis Pereira, não retornaram o contato.

Site: <https://digital.em.com.br/>

A nova 'herança maldita' (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu, em entrevista à CNN, estar preocupado com a trajetória da dívida pública.

Embora não seja mais que a simples constatação dos fatos, a declaração traz algum alento, pois mostra que nem todos no governo Lula da Silva estão em estado de negação e acham que tudo não passa de um problema de "comunicação".

Os dados do ano passado ainda não foram fechados, mas o Tesouro Nacional, no mais recente Relatório de Projeções Fiscais, divulgado em dezembro, estima que a dívida bruta deva atingir 77,7% do **PIB**. Ainda segundo o órgão, o endividamento bruto deve aumentar até 2028, para 83,1% do **PIB**, para só então iniciar uma trajetória descendente e recuar a 80,8% do **PIB** em 2034.

Essas projeções, no entanto, consideram parâmetros defasados, a começar pela taxa básica de juros, que está em 12,25% e deve chegar a 14,25% em março.

No mesmo relatório, no entanto, há outra projeção sobre o comportamento da dívida e que considera previsões extraídas do Boletim Focus.

Com base nessas projeções, o mercado financeiro projeta que a dívida bruta deva fechar o ano de 2024 em 78,2% do **PIB** e subir a 87,7% em 2028 - estimativa superior à do governo, portanto. Nesse cenário, no entanto, o Tesouro Nacional tem uma projeção ainda mais pessimista que a dos investidores e prevê que a dívida bruta alcance 89,8% do **PIB** em 2028.

Os números demonstram que não há como o ministro negar que a dívida bruta faça parte de suas preocupações. De fato, a solução para qualquer problema passa por um diagnóstico correto, mas isso obviamente não basta. É preciso que essa preocupação se materialize em um compromisso que vá além do discurso e se transforme em ações concretas.

Não foi isso que o esvaziado pacote de corte de gastos do governo representou.

E, apesar da insistência dos jornalistas, o ministro não trouxe nada de essencialmente novo na longa entrevista que concedeu à CNN.

É até compreensível que Haddad resista a anunciar

medidas que não tenham sido submetidas e aprovadas por Lula da Silva, mas é sintomático que o presidente ainda não tenha percebido que a retomada da confiança dos investidores depende disso, a despeito das cotações do dólar terem superado os R\$ 6,00.

Como costuma fazer, Haddad disse que nem sempre as projeções que o mercado faz se confirmam. É verdade, por exemplo, que o crescimento do **PIB** nos últimos dois anos surpreendeu a maioria dos analistas. Mas, se esse desempenho fosse realmente sustentável, a dívida bruta na proporção do **PIB** teria de ter caído no mesmo período.

Se a dívida não caiu, foi porque a taxa básica de juros aumentou, ao contrário do que o mercado projetava. A Selic aumentou porque os gastos públicos cresceram mais do que o mercado imaginava.

E os gastos cresceram porque uma boa parte deles está vinculada ao comportamento das receitas, que subiram mais do que o mercado imaginava.

Mas o governo não está disposto a reconhecer sua parcela de culpa nessa conjuntura - e, diga-se de passagem, nem mesmo o ministro Haddad. Reeditando o discurso sobre a "herança maldita" que Lula da Silva dizia ter recebido do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro queixou-se da suposta "bagunça" fiscal deixada pelo governo Jair Bolsonaro, como o calote nos precatórios e a proporção que as emendas parlamentares assumiram no Orçamento-Geral da União.

Mas o governo Lula da Silva ampliou as despesas públicas antes mesmo de assumir, por meio da emenda constitucional da transição. Já no primeiro ano de mandato, o Executivo retomou a política de aumento real do salário mínimo e resgatou o piso constitucional da Saúde e da Educação, sem pensar nas consequências que essas medidas teriam no gasto público e sem considerar o quanto isso enfraqueceria o arcabouço fiscal que ele mesmo propôs.

E é sempre bom lembrar que quem mais contribuiu para desidratar o pacote de gastos no fim do ano passado - motivo da desconfiança do mercado em relação à dívida - foram os próprios ministros do governo e a base do Executivo no Congresso. Um governo assim nem precisa de oposição, pois é quem mais boicota a si mesmo. Sobre isso, por óbvio, o

ministro não falou, e nem falará até a eleição presidencial de 2026.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Analistas veem piora do quadro de inflação

Rafael Vazquez De São Paulo

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a **inflação** oficial brasileira em 2025 subiu de 5% para 5,08%, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado ontem com estimativas coletadas até o fim da semana passada.

Para 2026, a mediana das expectativas para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também subiu, de 4,05% para 4,10%. Para 2027, permaneceu em 3,90%.

Para a taxa básica de juros (Se-lic), a mediana das estimativas manteve-se em 15% no fim de 2025, mas foi de 12% para 12,25% no fim de 2026. Para 2027, manteve-se em 10,25%.

O IPCA fechou 2024 em 4,83%, após acelerar para 0,52% dezembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no começo de janeiro. Assim, a **inflação** encerrou o ano acima do teto da meta perseguida pelo BC, de 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2025 voltou a subir ligeiramente de 2,02% para 2,04%, segundo o relatório do Banco Central.

Para 2026, a mediana das expectativas para a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) foi reduzida de 1,80% para 1,77%. Para 2027, permaneceu em 2%.

A mediana das estimativas para o dólar no fim de 2025 foi mantida em R\$ 6,00. Para 2026, a mediana das estimativas para a moeda americana também ficou parada em R\$ 6,00 para entre uma semana e outra. Para 2027, foi de R\$ 5,82 para R\$ 5,92.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

Inflação da comida entra na mira do Planalto

Demorou, mas o governo parece ter, finalmente, despertado para uma realidade que há meses vem impactando a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas que não estava no radar da coordenação política: a alta dos preços dos alimentos.

O alarme tocou e, com isso, o presidente abordou o tema nessa segunda-feira, na fala de abertura da reunião ministerial: "... e agora a gente vai trabalhar reconstrução, união e comida barata na mesa do trabalhador, porque os alimentos estão caros", afirmou. "É uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo brasileiro, em condições compatíveis com o salário que ele ganha", reforçou.

A escalada do preço da comida remonta a meados do ano passado, mas passava ao largo dos discursos presidenciais. Até então, Lula e ministros como Fernando Hadclad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil) exaltavam, frequentemente, os dados positivos macroeconômicos, como a expansão do **PIB** e a queda recorde do desemprego. Números, entretanto, que pareciam não alterar o humor dos brasileiros conforme as mais recentes pesquisas de opinião.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, foi um dos auxiliares a quem coube alertar o presidente de que a população queria saber menos de índices, e mais de carrinhos de supermercado cheios.

Há dez dias, o IBGE revelou que a alta geral dos preços relativa a 2024 foi de 4,83%. Esse índice, contudo, não refletiu a realidade do cotidiano dos consumi-

dores. Isso porque, de acordo com o mesmo instituto, o custo da alimentação no domicílio fechou o acumulado do ano com **inflação** de 8,23% - ou seja, quase o dobro do IPCA geral.

Em bom português, o que se viu foi que a alta dos preços foi parar na mesa dos brasileiros. Por exemplo, o sagrado cafezinho que ajuda todo trabalhador a começar o dia teve aumento de 39,6% no ano passado, enquanto o leite longa vida subiu 18,8%, e a manteiga, 6,13%.

A mesa também ficou menos farta na hora do almoço: os preços do arroz subiram 8,24%, e os da carne, em média, 20,8%. Para agravar a situação do governo, uma curiosidade é que as maiores altas atingiram, justamente, as carnes de segunda, mais consumidas

pelas classes de baixa renda: o preço do acém subiu 25,2%, e o do patinho, 24,1 %.

Em contrapartida, o preço da pi-canha, um corte nobre, subiu menos em relação às outras carnes, teve aumento de 8,74%. Na campanha, Lula prometeu que a população voltaria a fazer churrasco aos fins de semana, com picanha e cerveja. A alta dessa bebida foi de 4,5%. Alguns alimentos essenciais, todavia, tiveram queda de preços, como feijão (- 8,5%), ovo (- 4,5%), tomate (-25,8%) e cebola (-35,3%).

Auxiliares de Lula atribuem a escalada dos preços dos alimentos a uma combinação de fatores, como o dólar alto e as mudanças climáticas. O câmbio favorável impulsionou as exportações, que levaram 40% da carne nacional para o exterior, reduzindo a oferta no mercado doméstico.

Em relação ao clima, no ano passado, o Brasil enfrentou a pior seca já registrada desde o início da atual série histórica, em 1950, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Em outra ponta, o país viveu enchentes de proporções históricas no Rio Grande do Sul, que alagaram bairros inteiros de Porto Alegre e da região metropolitana.

O governo, porém, tem um campo de ação limitado. Uma liderança do PT lamentou, por exemplo, que não se pode tabelar os preços dos alimentos, tampouco estipular uma cota para a exportação de carne.

Uma medida para controlar os preços, adotada em governos anteriores do PT, foram os estoques reguladores feitos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Mas fontes do governo atribuem a inação da Conab no Lula 3 à equipe econômica, que não teria destinado orçamento para essa medida. Resta saber, portanto, como agirá o governo para reverter ou amenizar essa crise.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250121/>

Apoio de Trump ao petróleo pode reduzir preço e afetar balança comercial do Brasil

Kariny Leal e Rafael Bitencourt Do Rio e Brasília

O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta segunda-feira (20) reforçou as expectativas de que o novo governo americano vai priorizar a produção de hidrocarbonetos no lugar de fontes renováveis. Trump disse que vai declarar emergência energética nacional, o que deve levar o país a deixar em segundo plano a transição energética para uma economia de baixo carbono e dar maior atenção às fontes fósseis (petróleo e gás).

"A crise de **inflação** foi causada por gastos excessivos e pela escalada dos preços da energia. Por isso, declaro hoje emergência energética nacional. Nós vamos perfurar, bebê, perfurar", disse Trump, em alusão à atividade de perfuração de campos de petróleo e gás, um dos principais lemas da campanha. Segundo o presidente, o plano é encher as reservas estratégicas dos Estados Unidos e exportar mais.

No mercado, ainda que a mensagem de Trump tenha sido clara no sentido de aumentar as exportações de petróleo dos EUA, há avaliações de que a medida não deve representar um aumento de concorrência para o Brasil, segundo disse Décio Oddone, que foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na visão dele, o petróleo brasileiro é diferente do americano, e por isso haveria mercado consumidor para ambos.

Felipe Perez, analista da S P, disse que a relação entre Brasil e Estados Unidos ainda depende das definições de tarifas de Trump. Mas outros elementos devem ser considerados na equação, diz, como a agenda brasileira de priorizar o conteúdo local na indústria de petróleo e a busca por aproximação entre países do Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul).

Os efeitos das medidas de Trump sobre as cotações internacionais do petróleo ainda são incertos. Ontem (20), o petróleo negociado nos Estados Unidos, o WTI, fechou em queda de 2,35%, a US\$ 75,57.0 Brent, negociado em Londres, caiu 0,59%, a US\$79,10.

Analistas ouvidos pelo Valor dizem que ainda é cedo para prever a direção que as cotações do petróleo vão tomar. Victor Arduin, gerente em gestão de riscos para energia e câmbio da Hedge-point, diz que as decisões de Trump podem não influenciar os preços a curto

prazo, mas a médio prazo a tendência é que o aumento da oferta americana signifique um recuo das cotações. "Caso sejam implementadas medidas para reduzir a regulamentação, os Estados Unidos poderão ampliar a oferta de petróleo, que atualmente está em cerca de 13 milhões de barris por dia."

Para Arduin, o cenário de emergência energética citado por Trump cria condições favoráveis para ampliar a produção americana. O efeito das medidas de Trump sobre os preços ainda deve depender também de decisões quanto a sanções sobre Irã e Rússia, além da relação com a Venezuela, disseram especialistas.

Caso se confirme a expectativa de recuo nos preços, a balança comercial brasileira pode sofrer, conforme o analista da Hedge-point. O petróleo se tornou principal item na pauta de exportações brasileiras em 2024, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). O produto registrou aumento de 5,23% nas vendas ao exterior em comparação a 2023, com US\$ 44,8 bilhões exportados, representando 13,3% dos embarques totais do país.

"A balança comercial do Brasil, atualmente beneficiada pelo aumento dos preços e do volume de petróleo explorado no país, pode enfrentar desafios", disse Arduin. Com a queda dos preços, será necessário aumentar significativamente a produção para manter a mesma contribuição do petróleo na balança comercial. "Isso pode ser difícil nos próximos anos caso o Brasil não invista na ampliação das reservas."

O Brasil deve alcançar produção de 3,6 milhões de barris por dia de petróleo em 2025, segundo dados do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), aumento de cerca de 6% ante a média acumulada de 3,4 milhões de barris por dia em 2024.

Em momento em que países se reúnem em fóruns globais para debater medidas que reduzam efeitos do aquecimento global, as falas de Trump foram na direção oposta. Oddone, que hoje é presidente da Brava Energia, acredita que a decisão de Trump de abandonar medidas em prol de energias renováveis deve reduzir a velocidade da transição energética. "As medidas vão trazer um esfriamento dos planos de energias renováveis, especialmente onde há maior

influência americana", disse o executivo. Além de declarar a saída do Acordo de Paris, Trump deve reverter regulações ambientais que eram condições para atividades petrolíferas.

A ala dedicada à implementação da política ambiental no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente), esperava uma mensagem dura de Trump. Em nota, a ministra disse que o discurso de Trump começou a confirmar os prognósticos mais pessimistas sobre os tempos desafiadores que virão. "Seus primeiros anúncios vão na contramão da defesa da transição energética, do combate às mudanças climáticas e da valorização de fontes renováveis na produção de energia", disse Marina na nota. Na visão da ministra, serão tempos "desafiadores" para o mundo. "Resta enfrentá-los com informação, compromisso com a vida e capacidade de negociação política."

A avaliação do governo brasileiro é que parte das medidas anunciadas será dosada pela administração Trump para não gerar efeito negativo para a própria economia americana. O entorno da ministra Marina Silva tem mencionado que a própria confirmação da saída dos EUA do Acordo do Clima de Paris só poderá ser formalizada após um ano do pedido. Isso tende a limitar, por exemplo, a repercussão dessa medida sobre a próxima edição da Conferência do Clima, a COP30, que será realizada em novembro em Belém (PA).

Outra avaliação também da ala ambiental é que o Brasil não estará sozinho na defesa da agenda de combate às mudanças climáticas. A constatação de que políticas de transição energética são um "caminho sem volta" tende a ter o respaldo de boa parte da União Europeia e dos países emergentes.

Interlocutores do governo brasileiro consideram que Trump poderá enfrentar ainda resistência dos atores subnacionais. Os governadores dos Estados americanos, que apostaram todas as fichas no suprimento de energia renovável (eólica e solar), poderão se opor às iniciativas de valorização dos combustíveis fósseis.

As falas de Trump devem ecoar nos debates do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que começou nesta segunda (20). O Valor apurou que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, teria recebido orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar o Brasil no evento como destino seguro de investimentos em energia renovável. A ideia é que o país se mostre como alternativa atrativa para os investidores interessados em aportar recursos em ativos "verdes".

Entre as oportunidades que devem ser destacadas pelo ministro em Davos, está a produção de hidrogênio verde, biocombustíveis, energia elétrica solar e eólica. São apostas do governo para gerar crescimento econômico, emprego e renda no país. Silveira será o único representante do alto escalão do governo federal no fórum. Ele embarcou ontem e deve participar de painel com discussões sobre o mercado brasileiro nesta terça-feira (21). No evento, o ministro deverá ter encontros com executivos e delegações estrangeiras.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>

Centrão da Câmara reclama de desequilíbrio orçamentário

Marcelo Ribeiro e Andréa Jubé De Brasília

O orçamento disponível em 2025 para ministros do Centrão e partidos de centro que representam o Senado no primeiro escalão do governo Lula é de R\$ 5 7,3 bilhões, mais do que o dobro dos R\$ 27,2 bilhões nas mãos de ministros desse grupo que foram indicados à Esplanada pelas bancadas da Câmara dos Deputados.

Essa diferença orçamentária tem sido uma das principais reclamações de deputados de PP, PSD, Republicanos, União Brasil e MDB, que avaliam que uma **reforma ministerial** só surtirá efeito na governabilidade da gestão petista caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reequilibre a força entre as duas Casas na **reforma ministerial**.

O levantamento feito pelo Valor considera que os ministros Renan Filho (Transportes), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Carlos Fávaro (Agricultura) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) foram apadrinhados por bancadas do Senado, enquanto Jader Filho (Cidades), Celso Sabino (Turismo), Juscelino Filho (Comunicações), André Fu-fuca (Esportes), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e André de Paula (Pesca) chegaram aos postos por indicação de deputados.

O controle de pastas mais robustas por nomes que representam o Senado tem impulsionado a pressão pela entrada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no primeiro escalão do governo federal. Aliados do alagoano argumentam que sua no-

meação seria um passo para ajustar essa equação.

Segundo apurou o Valor, o parlamentar já teria enviado recados ao Palácio do Planalto de que aceitaria entrar para o time de Lula e apontou como opções as pastas da Saúde e da Agricultura. O presidente, por sua vez, ainda está sendo convencido a oficializar um convite a Lira. Apesar da boa relação com Fávaro, Lula teria que sacrificar o titular da Agricultura para contemplar atual presidente da Câmara e, dessa forma, melhorar o relacionamento com a Câmara. Isso porque Lira deve conseguir emplacar o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) como seu sucessor em fevereiro.

O entorno do deputado do PP acredita que ele aceitaria integrar o time de Lula sob a condição de ter autonomia para montar sua equipe e, principalmente, "ter tinta na caneta".

Por outro lado, deputados do Centrão destacam que a melhora do ambiente político só se concretizará caso outras mudanças sejam feitas, contemplando outras bancadas federais da Casa e reduzindo o poderio do Senado.

Fontes atribuem a distribuição desigual ao fato de o senador Davi Alcolumbre (União-AP), favorito para assumir a presidência do Senado a partir de fevereiro, ter sido um dos principais conselheiros de Lula para o desenho da Esplanada no início do governo. Além disso, fontes do governo afirmam que Lula gostaria de ter na Esplanada o atual presidente do Senado, Rodrigo

Pacheco (PSD-MG), por entender que precisa do aliado para garantir um palanque forte em Minas Gerais em 2026.

"Não basta Lira entrar. É preciso contemplar outros deputados para a distribuição de ministérios deixar de ser tão desequilibrada", disse um interlocutor de Lira.

Ainda assim, lideranças do PT ponderam que o redesenho do primeiro escalão deverá ser muito bem pensado pelo presidente, já que, nessa dança das cadeiras ele não poderá desprestigiar Alcolumbre, que deve chefiar o Legislativo nos próximos dois anos.

Em outra frente, a distribuição desigual tem sido minimizada no governo e não pode ser considerada uma novidade. Fontes do Executivo lembram que Fufuca, Costa Filho e Sabino assumiram seus atuais postos justamente para atender à demanda dos deputados por mais espaços.

Na visão de interlocutores do Centrão, outro desafio a ser superado é a decisão do presidente Lula em escalar o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), para a condução das conversas com legendas aliadas para estruturar a **reforma ministerial** prevista para as próximas semanas. Isso porque Padilha e Lira estão rompidos, o que poderá exigir que as negociações passem também por outros atores.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250121/>